



Câmara dos Deputados
Gabinete da Deputada Federal Silvia Waiãpi

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2025

(da Sra. Silvia Waiãpi)

Requer informações do Ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome do Brasil, sobre possíveis fraudes em programas de marmitas do governo Lula.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 115, inciso I e art. 116, ambos do RICD c/c art. 50, §2º da Constituição Federal, requero, que sejam solicitadas informações ao Ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome do Brasil, sobre possíveis fraudes em programas de marmitas do governo Lula.

Conforme matéria Jornalística da Revista Oeste, intitulada “Jornal revela fraude em programa de marmitas do governo Lula organizado por ONGs ligadas a petistas”¹, dá conta que:

“Em reportagem publicada nesta quinta-feira, 6, o jornal O Globo revela que ONGs contratadas pelo programa Cozinha Solidária, lançado em novembro pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, não forneceram as marmitas previstas em contrato, mas, mesmo assim, prestaram contas como se tivessem entregado as refeições.

O jornal visitou os endereços de três ONGs onde deveriam funcionar as cozinhas, mas não encontrou sinais de preparo de refeições.

ONG Madre Teresa de Calcutá

O programa Cozinha Solidária foi contratado para 12 Estados. Em São Paulo, a ONG Mover Helipa, comandada por José Renato Varjão, venceu um edital público. Varjão, que já trabalhou no gabinete do deputado federal Nilto Tatto (PT-SP), subcontratou uma rede de ONGs ligadas a atuais ou ex-integrantes de gabinetes petistas. A ONG Mover Helipa atua em uma área de bairros de baixa renda em São Paulo conhecida como “Tattolândia”, reduto da família Tatto.

Uma dessas ONGs subcontratadas é a Cozinha Solidária Madre Teresa de Calcutá, localizada no bairro Jardim Varginha, na zona sul da capital paulista. O contrato estabelece a entrega de 4.583 refeições por mês durante um ano.

¹ REVISTA OESTE, “Jornal revela fraude em programa de marmitas do governo Lula organizado por ONGs ligadas a petistas”, disponível em <https://revistaoeste.com/politica/jornal-revela-fraude-em-programa-de-marmitas-do-governo-lula-organizado-por-ongs-ligadas-a-petistas/>, acesso em 06/02/2025.





Câmara dos Deputados

Gabinete da Deputada Federal Silvia Waiãpi

Na tarde da última quinta-feira, 30, a reportagem de O Globo esteve no endereço designado para a distribuição das refeições, mas o local estava fechado. Moradores próximos relataram desconhecer a distribuição de marmitas no local.

Paula Souza Costa, responsável pela ONG e ex-assessora do ex-vereador de São Paulo Arselino Tatto (PT), declarou ter entregado 250 marmitas em janeiro, em parceria com o projeto ONG Sueli, que opera no endereço visitado. Essa quantidade representa apenas 5% do valor mensal estipulado em contrato. Apesar de não ter ocorrido entrega em dezembro de 2024, um recibo assinado por Paula Costa informa o recebimento de R\$ 11 mil por serviços de produção e oferta de 4.583 marmitas naquele mês.

Segunda visita: ONG Unidos Pela Fé não entregou marmitas

A Cozinha Solidária Unidos Pela Fé, localizada em Parelheiros, também na zona sul de São Paulo, deveria entregar a mesma quantidade de refeições mensais. Claudinei Florêncio, ex-assessor de Arselino Tatto, reconheceu que, apesar de o contrato ter sido assinado em dezembro de 2024 para a entrega imediata, nenhuma refeição havia sido distribuída.

Ele afirmou que as operações começariam a todo vapor no dia 3 de fevereiro. Porém, apesar de não ter entregado nada, em prestação de contas apresentada ao governo, Florêncio alegou que entregou 4.583 marmitas entre 1º e 31 de dezembro do ano anterior. Quando questionado pelo Globo sobre a divergência de informações, ele não se manifestou.

ONG Instituto Rosa dos Ventos

A verba federal do programa de marmitas também beneficiou outras entidades próximas ao grupo político do PT, como a Cozinha Solidária Instituto Rosa dos Ventos, de Anderson Clayton Rosa, que ainda trabalha como assessor do deputado Nilto Tatto.

A ONG, que deveria entregar 4.583 marmitas, afirma que produziu 400 pratos em janeiro, conforme a prestação de contas. O parlamentar não se manifestou, enquanto o assessor afirmou que pode ter ocorrido "algum erro" na documentação enviada ao governo.

Cozinha solidária

Outras ONGs envolvidas na entrega de marmitas

Além da família Tatto, a verba também foi direcionada a ONGs geridas por ex-assessores de outros políticos do PT. No caso da Cozinha Solidária Divino Espírito Santo, a entidade está registrada em nome de um ex-auxiliar do deputado estadual Luiz Fernando Teixeira (PT-SP). O contrato previa a entrega de 4.583 marmitas por mês na região de Sapopemba, na zona leste de São Paulo. O parlamentar declarou não ter relação com a contratação das ONGs.

No endereço informado ao ministério, funciona uma igreja, e vizinhos mencionaram um ponto de distribuição de marmitas em frente ao local. Na sexta-feira 31, quando a reportagem esteve no local, funcionários já aguardavam a visita dos jornalistas. Eles relataram que 70 refeições são produzidas diariamente, totalizando 2,1 mil por mês, número inferior ao contratado.

Subcontratação

Apresentação: 07/02/2025 11:46:15.297 - Mesa

RIC n.269/2025





Câmara dos Deputados
Gabinete da Deputada Federal Silvia Waiãpi

José Renato Varjão, responsável pela ONG que firmou o acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social, comandado por Wellington Dias, e que subcontratou outras entidades, assegurou que visitaria os locais para confirmar se as entregas estavam sendo realizadas.

Ele tratou como coincidência a participação de petistas nas ONGs e afirmou: "Quem não estiver fazendo as entregas vai ter que devolver os recursos. Mas não teve influência de parlamentares. Foi mera coincidência."

Quatro dias depois da visita da reportagem, Varjão enviou um vídeo em que revela que a Cozinha Unidos Pela Fé estava sendo inaugurada.

Dados idênticos na prestação de contas do programa de marmitas

Por obrigação contratual, as entidades precisam apresentar relatórios de prestação de contas ao Ministério do Desenvolvimento Social. O Globo informa que analisou os documentos e encontrou 13 relatórios com semelhanças, como termos idênticos e rubricas semelhantes.

Os metadados desses relatórios revelam que foram criados na última semana de dezembro por um mesmo usuário, Fábio Rubson da Silva, advogado que presta serviços para a Mover Helipa."

Tendo em vista os contundentes questionamentos da Matéria e da credibilidade e alcance da Publicação, é razoável que o Parlamento, enquanto caixa de ressonância da voz do brasileiro pagador de tributos, saiba o que é feito do dinheiro público empregado no Ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome do Brasil. Assim, solicitam-se que sejam informados e elucidados os questionamentos abaixo:

Apresentação: 07/02/2025 11:46:15.297 - Mesa

RIC n.269/2025



* C D 2 5 6 5 6 4 1 8 1 5 0 0 *



Câmara dos Deputados
Gabinete da Deputada Federal Silvia Waiãpi

Apresentação: 07/02/2025 11:46:15.297 - Mesa

RIC n.269/2025

- a) Informar quais foram os critérios técnicos e jurídicos utilizados para selecionar as ONGs contratadas para o programa Cozinha Solidária, especificando se houve algum tipo de cruzamento de dados para impedir que entidades vinculadas a políticos ou partidos fossem beneficiadas diretamente;
- b) Informar se o Ministério do Desenvolvimento Social tem conhecimento de que ONGs ligadas a ex-assessores e aliados políticos do Partido dos Trabalhadores (PT) estão entre as entidades responsáveis pela execução do programa de marmitas e se houve alguma orientação interna para impedir essa prática;
- c) Informar quais são os mecanismos de controle e fiscalização que o Ministério adotou para garantir que as marmitas foram efetivamente entregues, especificando se há auditorias in loco, registros fotográficos, controle de beneficiários ou qualquer outra forma de comprovação antes da liberação dos pagamentos;
- d) Informar se o Ministério recebeu denúncias internas ou externas sobre a falsificação de documentos na prestação de contas do programa de marmitas, e quais providências foram adotadas para apurar a autenticidade dos relatórios;
- e) Informar se houve a devolução de recursos públicos por parte das ONGs que não realizaram a entrega das marmitas conforme contratado e, caso não tenha ocorrido, quais medidas serão tomadas para cobrar a restituição dos valores desviados;
- f) Informar se foi aberta alguma investigação interna para apurar possíveis fraudes e falsificação de dados nas prestações de contas apresentadas pelas ONGs, considerando que a matéria jornalística revelou 13 relatórios praticamente idênticos, com metadados indicando que foram produzidos por um mesmo advogado vinculado às entidades beneficiadas;
- g) Informar se há auditoria em andamento na Controladoria Geral da União (CGU) ou no próprio Ministério para analisar os contratos do programa Cozinha Solidária e se os responsáveis pelas ONGs investigadas continuam recebendo recursos públicos;
- h) Informar se os gestores das ONGs citadas na reportagem possuem histórico de condenações por crimes contra a administração pública ou por fraude em licitações e quais foram os critérios utilizados para permitir a contratação dessas entidades;
- i) Informar qual foi o montante total de recursos públicos já repassados para as ONGs mencionadas na matéria e se houve a suspensão de pagamentos até que as denúncias sejam devidamente esclarecidas;
- j) Informar se as ONGs envolvidas na fraude já participaram de outros programas sociais do governo federal, e qual o valor total recebido por elas nos últimos cinco anos em contratos e convênios com o Ministério do Desenvolvimento Social;
- k) Informar se houve a participação direta de políticos do Partido dos Trabalhadores ou de integrantes do governo na intermediação dos contratos firmados com as ONGs investigadas e se há indícios de tráfico de influência na concessão dos recursos;
- l) Informar se houve notificação à Polícia Federal, ao Ministério Público Federal ou ao Tribunal de Contas da União sobre as fraudes denunciadas na execução do programa de marmitas e, caso contrário, qual a justificativa para a omissão;
- m) Informar qual a relação do advogado Fábio Rubson da Silva, responsável pela produção dos relatórios de prestação de contas de várias ONGs, com o Ministério do Desenvolvimento Social e se há outros contratos firmados entre ele e o governo federal;
- n) Informar quais foram os motivos que levaram o Ministério a permitir que ONGs recém-criadas ou sem histórico comprovado de atuação social fossem contempladas com contratos milionários para distribuição de marmitas, sem um rigoroso processo de verificação de sua capacidade operacional;



* C D 2 5 6 5 6 4 1 8 1 5 0 0 *



Câmara dos Deputados
Gabinete da Deputada Federal Silvia Waiãpi

- o) Informar se há previsão para rescisão dos contratos com as ONGs investigadas e se o governo adotará novos critérios para impedir que organizações ligadas a políticos tenham acesso a recursos públicos sem fiscalização adequada.

Diante das graves denúncias, da possibilidade de desvios de recursos públicos e fraudes na execução do programa Cozinha Solidária, e da necessidade de transparência na gestão dos fundos destinados ao combate à fome, aguardo os esclarecimentos devidos dentro do prazo legal. Por oportuno, também, solicito o encaminhamento de outras informações e/ou documentos que Vossa Excelência julgar necessário, relativos aos questionamentos apresentados.

JUSTIFICATIVA

A execução de programas sociais financiados com recursos públicos exige máxima transparência, fiscalização rigorosa e conformidade com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, conforme estabelecido no artigo 37 da Constituição Federal. No entanto, as denúncias de fraudes e possíveis desvios de verbas no programa Cozinha Solidária, evidenciadas em matérias da Revista Oeste e do jornal O Globo, apontam para um esquema irregular de contratação de ONGs ligadas a aliados políticos do Partido dos Trabalhadores (PT), que teriam recebido pagamentos por serviços não prestados, além da falsificação de documentos na prestação de contas.

A investigação revelou que ONGs beneficiadas pelo programa não entregaram as marmitas previstas em contrato, mas, mesmo assim, apresentaram relatórios falsificados ao governo para justificar os pagamentos. Relatos de moradores indicam que os locais indicados como pontos de distribuição de refeições estavam fechados ou não realizavam as entregas conforme estipulado. Em alguns casos, as entidades responsáveis declararam ter distribuído milhares de refeições, quando na realidade nenhuma entrega foi feita no período informado.

Outro fator alarmante é o fato de que muitas das ONGs contratadas são geridas por ex-assessores e aliados políticos do PT, incluindo pessoas que atuaram diretamente em gabinetes de deputados e vereadores do partido, caracterizando um possível favorecimento indevido e direcionamento de recursos públicos para entidades alinhadas a interesses políticos. Além disso, 13 relatórios de prestação de contas apresentavam metadados idênticos, indicando que





Câmara dos Deputados
Gabinete da Deputada Federal Silvia Waiãpi

Apresentação: 07/02/2025 11:46:15.297 - Mesa

RIC n.269/2025

foram produzidos por um mesmo advogado vinculado às ONGs beneficiadas, reforçando as suspeitas de falsificação de documentos públicos, crime previsto no artigo 297 do Código Penal.

O uso de verbas públicas para beneficiar entidades sem capacidade operacional comprovada, e que não entregaram os serviços contratados, pode configurar os crimes de peculato (artigo 312 do Código Penal), improbidade administrativa (Lei nº 8.429/1992) e associação criminosa (artigo 288 do Código Penal). Caso comprovadas as irregularidades, os responsáveis poderão ser responsabilizados civil e criminalmente, além de ficarem impedidos de firmar novos contratos com o governo federal.

Além da falta de transparência na seleção das ONGs, a denúncia revela a fragilidade dos mecanismos de fiscalização do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, que deveria garantir que os recursos destinados à população em situação de vulnerabilidade fossem devidamente aplicados. O Ministério precisa explicar quais medidas foram adotadas para verificar a execução do programa, se houve fiscalização in loco e se os pagamentos foram condicionados à entrega efetiva das refeições.

Outra preocupação é o histórico das entidades contratadas, pois há indícios de que algumas ONGs recém-criadas ou sem experiência comprovada foram contempladas com contratos milionários, sem um processo de verificação rigoroso. A escolha de entidades sem expertise na execução de programas sociais aumenta o risco de desvio de recursos e reduz a eficiência da política pública, prejudicando aqueles que realmente necessitam do auxílio alimentar.

Além disso, as investigações apontam que o advogado responsável pela produção dos relatórios falsificados, Fábio Rubson da Silva, teria elaborado documentos padronizados para várias ONGs beneficiadas, o que levanta a suspeita de um esquema organizado para fraudar a prestação de contas e legitimar o desvio de verbas públicas. O governo precisa esclarecer se há outros contratos firmados entre esse advogado e o Ministério, e se ele prestou serviços para outras entidades financiadas com recursos federais.

A gravidade dessas irregularidades exige intervenção imediata das autoridades de controle, incluindo o Tribunal de Contas da União (TCU), a Controladoria-Geral da União (CGU) e o Ministério Público Federal (MPF), a fim de impedir novos pagamentos, apurar os responsáveis e recuperar os valores possivelmente desviados. Caso não sejam



* C D 2 5 6 5 6 4 1 8 1 5 0 0 *



Câmara dos Deputados
Gabinete da Deputada Federal Silvia Waiãpi

adotadas providências imediatas, o governo federal poderá ser cúmplice de um esquema de corrupção que desvia recursos destinados à alimentação de famílias em situação de extrema pobreza.

Por fim, a necessidade de transparência exige que o Ministério informe se os contratos com as ONGs investigadas serão suspensos e se haverá novas regras para impedir que entidades ligadas a políticos tenham acesso facilitado a recursos públicos. Também é essencial que o governo apresente as ações que pretende tomar para evitar fraudes em programas sociais futuros, garantindo que a execução de políticas públicas de combate à fome seja pautada pela legalidade, eficiência e compromisso com os mais necessitados.

Diante das graves denúncias, da possibilidade de desvio de recursos públicos e do uso político de programas sociais, torna-se imprescindível que o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome preste esclarecimentos formais ao Parlamento e à sociedade brasileira, garantindo a transparência na gestão dos fundos destinados ao combate à fome e à assistência social.

Sala das Sessões, em de fevereiro de 2025.

Deputada SILVIA WAIÃPI

PL/AP

Apresentação: 07/02/2025 11:46:15.297 - Mesa

RIC n.269/2025

